

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS V - CAJAZEIRAS-PB



VALDILENE DA SILVA FERREIRA

A Ação Supervisora numa escola pública:
um estudo exploratório.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.

SETEMBRO - 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS V - CAJAZEIRAS-PB

VALDILENE DA SILVA FERREIRA

A Ação Supervisora numa escola pública:
um estudo exploratório.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

SETEMBRO - 1992

" Que a educação seja para cada pessoa um começar a viver. Vivendo numa doação de si próprio aos grandes ideais da humanidade, todos contribuirão para o surgir de uma sociedade mais humana. "

Autor desconhecido.

INDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	04
II.	JUSTIFICATIVA.....	06
III.	OBJETIVOS.....	10
IV.	METODOLOGIA.....	11
V.	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA: O SUPERVISOR.....	14
VI.	CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.....	23
VII.	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	24

I. INTRODUÇÃO

O tema desse estudo é Ação Supervisora numa escola de 1º e 2º graus da 9ª Região de Ensino da Paraíba. Esta região está situada na cidade de Cajazeiras - Paraíba.

Pretendemos aqui, analisar a prática educativa dessa atividade profissional no contexto sócio-político e econômico da sociedade brasileira/paraibana.

Nosso interesse pela função supervisora na referido escola, originou-se de estudos e discussões realizadas em sala de aula. Isto despertou em nós o desejo de buscar informações mais substanciais, que encontram as supervisora no desenvolvimento de seu trabalho, pois sabemos que esta prática se dá num sistema educacional que apresenta várias dificuldades.

A educação, durante os últimos anos, não tem merecido a atenção necessária das autoridades competentes de modo a favorecer uma prática educativa de qualidade. Além disso, existe todo um cuidado por parte do próprio Estado para que a Educação não seja utilizada como instrumento que permita o desvelar das relações que se dão no interior da sociedade brasileira, a uma tentativa de inibir as possibilidades de transformação desta sociedade.

Nesse sentido, a Supervisão Educacional, na forma como tradicionalmente vem sendo exercida, tem se constituído numa forte aliada dos governos Federal e Estadual, para o cumprimento de seus propósitos políticos-educacionais, o que justifica inclusive a sua introdução no seio das escolas públicas.

Porém, no momento atual de transformação por que passa a sociedade e a educação brasileira, a comunidade escolar, em geral e a Supervisão Educacional em particular, procura, no movimento de sua ação e reflexão, rever sua prática pedagógica deslocando o eixo de sua ação individual para o coletivo, o social e o global, ao tratar da questão do ensino aprendizagem de modo que possa contribuir, efetivamente, para um trabalho educativo transformador.

Desse modo, como alunas do VII Período do Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores do Campus V da Universidade Fe-

deral da Paraíba, tentando responder às exigências impostas pelo processo de mudanças no campo educacional, pretendemos com esta proposta de trabalho para o estágio supervisionado em Supervisão Escolar, investigar de que modo se realiza a Ação-Supervisora numa escola de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino, articulada na 9ª Região de Ensino e como é percebida pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo.

Entendemos que, refletir sobre a questão acima proposta torna-se relevante na medida em que buscamos compreender a prática educativa da sociedade, como espaço significativo na luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade, ao tempo em que, teremos experiência educativa de natureza teórico-prática enquanto estagiárias de habilitação em Supervisão Escolar.

II. JUSTIFICATIVA

Para compreendermos a origem da supervisão no campo educacional brasileiro, é necessário compreendê-la, analisando o contexto histórico nacional e internacional da época em que ela foi inserida, como atividade profissional. Segundo NOGUEIRA (1989) "a origem da supervisão educacional na realidade brasileira, tem a ver com o seu contexto histórico, suas vinculações com o contexto internacional e ao encaminhamento dado as questões nacionais no cenário mundial". (p. 33)

Naquela época, início dos anos 40, o mundo se dividia em dois blocos: Ocidental, liderado pelos americanos e o Oriental formado pela URSS. Nesse contexto internacional ocorre a chamada guerra fria entre estas duas potências do mundo, uma vez que o sucesso e a expansão do socialismo representava perigo para o bloco capitalista. Frente ao crescimento do Comunismo os americanos trataram de investir nos países capitalistas, oferecendo-lhes assistência técnica, com a finalidade de "ajudá-los". Em verdade, a intenção era mesmo a de manter esses países sob seu domínio e longe da ideologia comunista. Para tanto, firmaram acordos com a maioria dos países da América Latina, entre eles o Brasil.

O governo brasileiro representado por Getúlio Vargas - 1950-1954, mantendo-se no poder, apoiando em bases populistas, defendeu o desenvolvimento nacionalista numa tentativa de, certa forma, impedir a entrega de capitais internacionais. Tal política gera grandes conflitos e tensões entre as classes dominantes: de um lado, a defesa do desenvolvimento internacionalizado e do outro, do desenvolvimento independente. Isto contribuiu para o desgaste da política de Vargas, pois não conta com o apoio nem da classe dominante e nem da classe operária, o que provoca a sua deposição, e posteriormente, seu suicídio.

Eleito presidente, Juscelino Kubitschek - 1956, que mesmo assumindo uma política de massas, seu governo destaca-se pela implantação definitiva do capital internacional no país. Desse modo intensifica a entrada de investimentos externos, haja vista ser ele um defensor da internacionalização do desenvolvimento. Por isso, os acordos

dos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos só vigoraram oficialmente a partir do seu governo, embora, tenham sido acordados, o primeiro, em 1950, chamado Acordo Geral de Cooperação Técnica e o Segundo, Acordo Especial de Serviços Técnicos, data de 1953.

No bojo destes acordos na área educacional foi criado o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar - PABAAE, instalado na cidade de Belo Horizonte-MG, em 1957 e, com ele a supervisão no campo educacional brasileiro.

O PABAAE tinha três objetivos básicos que o fundamentava. O primeiro deles merece destaque porque é essencial para a compreensão do surgimento da supervisão, já que trata basicamente de sua formação e do seu papel no contexto político e educacional brasileiro, assim formulado: repasse "aos educadores brasileiros dos métodos e técnicas utilizadas na educação primária norte-americana, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio de estímulo à iniciativa dos professores." (NOGUEIRA, 1989, pág. 37). Nele, vemos a causa e a razão da supervisão, dos centros de formação do destaque metodológico, da prioridade aos métodos e técnicas, da atuação no ensino primário e da sua tarefa fiscalizadora.

Inicia-se a formação das supervisoras em Indiana - Estados Unidos para onde várias professoras foram se especializar regressando, posteriormente, para Belo Horizonte a fim de ministrarem cursos para novas supervisoras. Expande-se assim a prática da supervisão por todo o país.

A partir de então, às escolas passam a ter uma nova figura, a supervisora, cuja formação foi intencional, tendo sido acrítica e apolítica para atender interesses políticos e seguir os mandamentos do sistema político instituído, onde a meta era planejar e controlar. Seu papel era fiscalizar, valorizar a metodologia, o ensino tecnicista, não dar importância ao POR QUÊ e PARA QUE FAZER mas apenas ao COMO FAZER.

Assim, a supervisão inseriu-se no sistema educacional brasileiro intencionalmente por razões prioritariamente políticas.

Entretanto, passa-se uma imagem de que a função supervisora é inovadora, moderna, introdutora de novos métodos e técnicas'

de ensino, numa tentativa de mascarar sua verdadeira função, ou seja, a de ser transmissora da ideologia da classe dominante que visa encobrir seu descomprometimento com uma educação democrática, voltada para os interesses da grande maioria da população brasileira. De fato, a supervisão educacional atua numa escola ainda elitista e seletiva, que tem acentuado o processo de marginalização das classes populares, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Acresçamos a tudo que foi dito, o fato de o pensamento conservador ser uma característica geral dos educadores, em todos os níveis, compromisso político. É evidente, e não poderia ser de outro modo, que a supervisão desenvolva um trabalho onde o pensar crítico, a transformação, o replanejamento, o questionamento, a busca por interesses comuns não estão presentes em sua prática educativa.

Embora a supervisora tenha tido e, ainda tenha, uma formação acrítica, apolítica, ao organizar-se como categoria, nos movimentos sindicais e sociais, nos Encontros Nacionais de Supervisoras' Educacionais-ENSES, e na luta do dia-a-dia, começa a ter uma visão crítica da realidade, passando a refletir sobre a função de agente reprodutor da ideologia dominante que desempenha a função de agente de transformação, ou seja, de agente da contra-ideologia que poderá desempenhar.

Neste sentido, pôde alargar sua visão, ter consciência da sua verdadeira realidade, da possibilidade de desenvolver dentro da escola um trabalho voltado para a transformação sem questioná-las. Não apenas obedecer, mas criar, inovar, repensar, não ver os fatos como acontecimentos naturais e corretos; a tomar decisões; a crer as decisões do Estado burguês só beneficiam a ele próprio e prejudicam alunos e professores.

Só assim, conseguirá uma educação voltada para todos, sem distinções entre dominantes e dominados.

Para isso, o pensar crítico, o espírito de luta, o trabalhar coletivamente, torna-se parte integrante e força propulsora de sua ação educativa.

Repensar a prática da supervisão educacional significa, envidar esforços, ao lado dos demais profissionais da educação, para conquistar uma escola democrática que assume, de fato, sua função

política, como um espaço de luta, junto a outras instituições sociais, para a superação das contradições existentes, porque "a luta pedagógica não é, senão, uma forma de luta, ao lado da luta econômica, social e política." (CHARLOT, 1983, pág. 302)

Segundo Marilena Chauí, o que faltou à formação dada a supervisora educacional foi uma visão política do contexto histórico no qual se insere a ação educativa. É necessário que a supervisora aquira uma consciência crítica da realidade brasileira, forjada nas lutas e redimensionando a sua ação educativa incorporando a esta, sua ação política.

Por tudo isso, pretendemos neste trabalho analisar a prática e as bases teóricas da ação supervisora numa escola de 1º e 2º graus da rede estadual articuladas na 9ª e 10ª Regiões de Ensino da Paraíba, com vistas a delinear seu perfil e descobrir perspectiva para seu fazer pedagógico.

III. OBJETIVOS

GERAL:

- Conhecer e refletir sobre a prática educativa da Ação Supervisora numa escola da 9ª Região de Ensino da Paraíba e a aceitação que tem a comunidade escolar pelo exercício dessa supervisão.

ESPECÍFICOS:

- Aprofundar nossos conhecimentos sobre Supervisão Educacional de modo geral e, em particular nesta escola pública;
- Caracterizar a dimensão educativa da função supervisora na referida escola;
- Refletir, numa perspectiva crítica, a avaliação e ou propostas apresentadas pela comunidade escolar para a prática educativa na escola supra/citada.

IV. METODOLOGIA

O referido trabalho engloba as características de um estudo exploratório, cujo objetivo fundamental é buscar esclarecimentos, respostas para um problema mediante o emprego de procedimentos científicos. VERGER (1982) e SELTZ (1967) mostram que:

"a pesquisa no seu nível exploratório é um trabalho que tem como finalidade desenvolver e esclarecer os fatos, visando a modificar conceitos e idéias para a formulação de novos problemas e hipóteses para estudos posteriores".(p.134).

Envolve ainda, este tipo de estudo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo, com o objetivo de proporcionar uma visão geral e aproximativa dos fatos.

Diante dessa visão e compreensão sobre estudo exploratório, justificamos a escolha por essa metodologia, em virtude da natureza do problema ora proposto, qual seja, o de conhecer a prática político/pedagógica da Supervisora numa escola pública na cidade de Cajazeiras-Pb.

Desse modo, analisamos aqui a concepção teórico-metodológica subjacente à prática educativa do supervisor na referida escola, suas relações com os elementos do processo ensino-aprendizagem, suas relações com os elementos do processo, digo, suas condições de trabalho, sua relação pessoal e profissional, sua concepção de escola pública. Enfim, como se dá a relação entre supervisor e comunidade escolar, como esta avalia sua atuação e como gostaria que fosse exercida, desta forma traçados seu perfil e apontamos perspectivas.

Assim, pela necessidade de realizarmos um trabalho direto no campo onde se dá a ação supervisora, com o intuito de melhor compreendermos a questão proposta para estudo e elaborarmos um relatório contendo o desenvolvimento da experiência.

Por isso, este trabalho é centrado na figura do supervisor, mas envolve também outros elementos inseridos no processo ensino-aprendizagem, como professor e corpo técnico-administrativo, que direta ou indiretamente, contribuíram para a compreensão do fenômeno em estudo, bem como, para a obtenção de um universo variado e signi-

nificativo.

Consta neste trabalho, o número de vinte sujeitos desse estudo. Isto só foi definido mediante alguns contatos com a área trabalhada. Todavia, levando em consideração os critérios adotados, selecionamos uma amostra que delimitou o campo da investigação, de forma que possibilitou a consecução dos objetivos desejados e que, acima de tudo foi significativo em relação ao universo SUPERVISÃO da referida Região de Ensino.

Para efetivação desse trabalho optamos pelos procedimentos metodológicos adequados a um estudo dessa natureza, como observação simples e entrevistas não estruturadas, pois só através do contato direto do dia-a-dia do trabalho da supervisora, temos condições de entender como se dá na prática, a Ação Supervisora na escola onde esse trabalho foi realizado.

Escolhemos a observação por ser um instrumento adequado para apreendermos o nosso objetivo de estudo, na medida em que acompanhamos in loco o dia-a-dia dos sujeitos, o significado que eles dão à realidade que os rodeia e as suas próprias atitudes.

Iniciamos nos dias 11 e 12 de março de 1992 observando a matrícula. Observamos dois dias, no horário da manhã e tarde, sendo efetuada por funcionários da 9ª Região de Ensino. Era realizada por dois grupos, um de novatos e outro de veteranos. Não houve nenhum imprevisto ou fato incomum durante o tempo em que observei.

Durante os dias 30 e 31 de março do mesmo ano, participamos do planejamento. Este planejamento deu-se com todas as Escolas Estaduais de 1º grau, com a participação do corpo docente de cada escola e o pessoal da 9ª Região de Ensino de Cajazeiras. Observamos o planejamento da 1ª, 2ª e 3ª séries.

Após esse contato inicial com o pessoal da escola passamos para as entrevistas, que por sua vez ajudaram-nos no aprofundamento da investigação, pela possibilidade que nos ofereceu, de, captarmos de forma imediata e coerente a informação desejada.

Iniciamos as entrevistas no dia 22 de junho e finalizamos no dia 31 de julho as quais foram feitas em número de vinte, com a duração de 30 minutos para cada entrevistado envolvendo a diretora, a supervisora, oito professores, duas pessoas do corpo técnico-administrativo e oito alunos.

O roteiro das entrevistas foram pensados a partir de temas que problematizados, privilegiando determinadas questões: o trabalho da supervisora, seu relacionamento com os supervisores, as contribuições desse profissional para a escola, sua concepção de escola pública etc. As entrevistas foram feitas na própria escola, sendo gravadas, sumariadas e analisadas, propiciando assim, melhores condições de entender como se define a prática da Ação Supervisora na Escola Pública.

V. FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA: O SUPERVISOR

Com a consciência dos fatos estudados durante todo esse período do Curso, procuramos examinar opções e princípios que se manifestam sobre a questão do conhecimento de uma dada realidade, como forma de se estabelecer uma base mais consistente ao desenvolvimento do presente trabalho.

Em estudos feitos sobre Ensino Público, foi necessários depoimentos de autores e professores ligados à Educação para melhor explicitar nossa problematização.

Cabe a todos a missão de responder qual a escola pública que o país quer ver funcionando para atender às suas gerações de crianças e jovens, que ainda esperam a chance para se integrar ao processo de aprendizado permanente.

Ensino, segundo o mestre Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu dicionário, é a transmissão de conhecimentos úteis e indispensáveis à educação. E público é aquilo pertencente ou destinado ao povo, à coletividade, que é de uso de todos. Já na definição do professor Anísio Teixeira (1988), ensino público, "é aquele que o governo deve dar a todos, indiscriminadamente, para que a escola seja uma grande instituição popular de educação comum." (p.04)

Diante dos depoimentos colhidos junto ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e todos os membros da escola sobre ESCOLA PÚBLICA, ficou constatado que ela se deteriorou. Projetos para uma escola pública popular e eficiente existem, alguns divergem em nuances, em detalhes técnicos ou políticos. Mas a verdade é que o brasileiro quer ver a escola pública resgatada. Sim, houve uma época em que alguns segmentos de população que frequentaram a escola pública a imagem de um ensino rico e de boa qualidade. A classe média, por exemplo, formou seus pais e filhos gratuitamente.

"No meu tempo, bom mesmo era estudar na escola pública. Eu estudei no interior da Bahia, na escola Anísio Teixeira. Uma professora que veio de fora, me deu muita composição para escrever, me botou para escrever." (1988 - p. 04) Lembra o escritor Antonio Torres, engrossando o coro dos que sentem saudades de uma escola pública que ensinava bem.

A problemática da escola pública enfrenta uma dura realidade.

Cada qual com o seu projeto de educação democrática. Enquanto isso, o Brasil se debate entre várias mudanças. Em um curto espaço de tempo, deixou de ser um país rural, com 75% de sua população vivente no campo, para ser um país essencialmente urbano, com mais de 80% de seus habitantes vivendo nas cidades. Cidades que evidentemente não estavam preparadas para o inchaço provocado pela implantação das indústrias. Indústrias que criaram empregos, que atraíram gente do campo, que trouxeram riqueza e miséria, conforto e poluição.

No campo de trabalho onde houve constatação das deficiências abaixo citadas, pode-se imaginar que difícil será para os governantes e demais interessados em formar uma nova escola pública de qualidade.

"Pelo que eu vejo, a escola pública não forma a gente pra nada, mal tem aula e os professores não se manifestam para mudar, faz é continuar na mesma coisa, entra dia e sai dia e é a mesma coisa: chega na escola, abre o caderno, às vezes a professora pede pra alguém copiar no quadro, a gente acompanha e pronto! Aí assim posso dizer que a escola pública é de qualidade?" (Entrevista nº 08)

"...Aqui tem muitos professores que não se qualificados para ensinar. Simplesmente reproduz o que está escrito nos livros didáticos." (Entrevista nº 06)

"Os conteúdos não dizem respeito a nossa realidade, porque os livros didáticos quando tem professor que trás, mostram que não tem nada a ver com a vida da gente aqui. (...) não existem recursos didáticos nessa escola, pelo menos que eu saiba. (...) professores só falam de salários e não ensinam nada, por exemplo: Matéria do dia: "é porque os professores ganham muito pouco e não têm obrigação de se matar para ensinar..." (...) Quanto à questão de autonomia administrativa, eu não tenho certeza se existe, porque aqui as coisas só acontecem se a Secretaria da Educação em João Pessoa deixar, e eu vejo que o Governo não quer melhorar o ensino nas escolas...(Ent. nº 07).

Com os dados acima identificados através de depoimentos, po

demos indagar: O que dizer de um sistema educacional que cresce deformado em meio à burocracia estatal e que não atende de forma primária às necessidades de saber do jovem da população brasileira?

Nestes anos todos, ditos de progresso e desenvolvimento para a economia brasileira, a escola foi confundida com treinamento. Não acompanhou a rapidez das mudanças. Em pesquisas feita pelo MEC no ano de 1987, registrou-se um déficit muito grande nas escolas públicas não muito diferente do momento atual, a respeito do 1º grau - dever do Estado e direito de todos. Há mais de 100 anos -, os dados são alarmantes. 30,9% da população urbana e 50,7% da população rural, com 7 anos incompletos, estavam fora da escola em 1986. Mais de 50% dos alunos matriculados na 1ª série não conseguem passar adiante. É uma espécie de "Vestibular oculto". Segundo documento elaborado pelo Ministério da Educação.

Em "O Quadro Negro da Educação Brasileira" MEC, 1987 -, apenas 20 crianças, de cada 100 matriculados na 1ª série do 1º grau, em 1972, chegaram a 1ª série do 2º grau. Apenas 11 concluíram o colegial, e destas, somente 8 ingressaram no curso superior. Ainda segundo o MEC, de toda população brasileira que frequenta as escolas, somente 3 alunos conseguem concluir o 3º grau, ou Universidade.

Analisamos, portanto, um país de analfabetos ou semi, ou ainda como costuma denominar o educador Darcy Ribeiro: "de analfabetos funcionais". Como diz o educador Paulo Freire: "estas crianças e jovens foram "demitidas" da vida, estão como se estivessem perdido o seu endereço no mundo". (1988 - p. 07)

A escola pública x, trabalhada, mostrou anteriormente algumas de suas deficiências e acrescenta que:

"A escola pública de certa forma ela cresceu de andar, sabe que esquecendo de levar a escola pra onde ela deve ir, ela parou e nessa parada dela está voltada, digo, nessa parada dela ela está voltando, que você não tem na escola aquilo que você precisa. lá você tem material humano tá! Mas esse material humano não está preparado pra isso, pra essa realidade que a gente tá vivendo. Veja bem, enquanto professor, ele é "preparado" até que acredito que muitos estão preparados agora, pra entrar numa Universidade pra depois se formar e ir pra sala de aula, enquanto eles estão preparados pra isso, eles

não tem o que é importante que é a força de vontade de trabalhar. O professor está ali apenas pra ganhar o seu sustento; o aluno está ali porque tem que ter o canudo na mão e as condições das escolas são tristes. O certo seria quetivéssemos uma escola pública mais eficiente, com boa qualidade de ensino, que estivesse a serviço dos interesses das classes populares, que fosse um espaço de luta e que contribuisse para a transformação da sociedade, só que não é. A escola pública tem sido nada mais que um cenário triste e cheio de marasmo, onde o descaso, a omissão, o desinteresse e a desmotivação tem sido os personagens mais atuantes; onde temos como platéia pessoas alienadas que nada fazem a não ser esperar que as cortinas se fechem e o espetáculo cansativo e angustiante acabe, onde só quem lucra é o produtor desse cruel espetáculo, que esconde nos bastidores aqueles personagens vivos que queria também escrever e interpretar o seu papel. Cada dia fica mais claro que a escola pública nada mais é do que uma simples peça teatral." (Entrevista nº 20)

Enquanto tentamos caminhar, para melhor resgatarmos o ensino público, os governantes aparecem com medidas nada construtivas para essa mudança, pois aquilo que está escrito não está sendo cumprido.

Podemos apresentar como exemplo o Projeto "CHAMADA ESCOLAR" elaborado no Governo Cunha Lima (neste ano). Projeto de intensa divulgação que tomava conta da satisfação pessoal enquanto sonho, porque visto pelo prisma de elaboração fôra tudo muito bonito. Seria realmente a escola pública de qualidade que todos almejam. Só que tudo está bem longe da realidade, foi o que conseguimos constatar de alguns depoimentos feitos no campo de trabalho.

"A chamada escolar tinha muita coisa bonita que não passou" do papel e da televisão, porque pra gente não melhorou nada, fez foi ficar pior porque os professores tem mais aula e só falam que tão ganhando pouco." (Entrevista nº 04)

"A chamada escolar não passou de um golpe político pra fazer uma média com o povo, porque esse governo aí não tem compromisso com a educação junto com outros, que já entraram e saíram do poder. A educação pode mudar a ideologia das pessoas e isso pode prejudicá-los muito." (Entrevista nº 08)

"...a chamada escolar está rezando muita coisa bonita, que seria até, se fosse executado, muito bom, muita coisa, mas có que está escrito na prática sendo totalmente diferente, os critérios, as normas, atribuições ditas na chamada não estão sendo respeitadas e mesmo assim está sendo aceita por eles lá em João Pessoa, mesmo sabendo que está saindo tudo tostado. E sinceramente eu ainda não conseguí distinguir, se é incoerência ou irresponsabilidade desse governo que projetou essa chamada escolar." (Entrevista nº 12)

Ao final desses relatos acima citados, fica claro que a Educação está mesmo a mercê dos descompromissados. Só que não acaba aqui, vamos adiante com um dos pontos desse Projeto da Chamada Escolar, o qual veio prejudicar mais um dos especialistas, o supervisor, que é o caso do AGENTE EDUCACIONAL. (X)

Esse mais novo especialista que surgiu de um projeto político, por não assumir ainda nesta região sua função, fica uma incógnita de como será sua atuação na escola, mas por antecedência notamos que este apareceu para substituir o supervisor educacional.

A partir de depoimentos colhidos na escola x, podemos perceber que o agente educacional ainda é um especialista desconhecido da instituição - escola - por ser o mesmo, produto de uma lei governamental.

"...não conheço nenhum agente educacional, e aqui nessa escola ainda não houve nenhuma informação ou aviso sobre ele." (Entrevista nº 06)

"Só ouvi falar de agente educacional através de amigas, por causa da propaganda da chamada escolar, mas aqui na escola não ouvi nem falar." (Entrevista nº 08)

"Ainda não sei bem o que esse agente vai fazer na escola, porque ainda não vieram aqui, mas imagino pelo que já ouvi dizer, 'que vão ser os "policiais da Escola".' (Entrevista nº 10)

Enquanto vários dos entrevistados não conhecem o agente educacional, já existem outro que faz até relação com o supervisor, mostrando superficialmente que o mais novo especialista chegou para ocupar um cargo a mais no Estado.

"...o supervisor tem a ferramenta e a mão-de-obra e o agente tem o salário aumentado; o supervisor caminha ao lado do profes-

sor; o agente se coloca acima; o supervisor acessora, acompanha, assiste; o agente fiscaliza; o supervisor quer trabalhar e não tem condições, nem dispõe de meios, mas sabe trabalhar, atuar; o agente tem condições, meios, mas não tem bagagem para autar, mas não faz. Os supervisores não querem ser agentes, mas os agentes nunca poderão ser supervisores." (Entrevista nº 20)

Diante de estudos e pesquisas sobre supervisão/supervisor, podemos constatar, que não será a existência de uma lei que transformará um determinado profissional numa peça importante dentro da escola. Ao contrário, é o exercício de uma prática coerente e comprometida que possibilitará aos vários especialistas o reconhecimento de sua função.

A supervisão educacional brasileira foi, e é toda estruturada em cima de técnicas norte-americanas, através da "ajuda" prestada aos países da América Latina.

Através desta estrutura fica óbvio identificar porque o papel do supervisor é de mero reprodutor do sistema. O que ocorre é que, se coloca fim naquilo que deveria ser um meio.

Na realidade brasileira, ainda hoje o papel da supervisão, é o de controlar, de vigilância, por isso a sua formação é conservadora. Com a reforma do curso superior - Lei nº 5.540/68 consolidou a presença da supervisão no contexto para todo o ensino de 1º e 2º graus, garantindo sua formação conservadora.

Na análise de Naura Syria sobre o Parecer 252/69, a Supervisão tem função controladora e meramente executora. Através desta análise, sabemos que o supervisor educacional foi inserido no contexto educacional brasileiro de forma intencional e, conseqüentemente, a sua formação para desenvolver uma prática conservadora, para garantir os objetivos e interesses do Estado burguês.

Pela formação acrítica, o supervisor educacional no dia-a-dia da sua prática educativa como reprodutor, vive as contradições de sua prática, uma vez que, ora é orientada pela Secretaria de Educação, algumas vezes, por associações um pouco mais crítica.

A supervisão é vista como algo acabado, sem precisar de questionamento, um fazer tecnoburocrático, formados por regras, normas positivas e articuladas. É um tipo de fazer completamente determina-

do, idênticos a si mesmo, inclusive baseado na experiência e não em estudos, onde a evolução não passa de um mero desenfronhar de algo abstrato, oculto, não sendo pensado, mas apenas colocado em prática.

Enqunato prática, a supervisão na escola x, é exercida de forma oculta, inexistente, como mostra os depoimentos:

"...Como é que vou responder sobre o trabalho de uma pessoa que eu nunca vi, e outra, nem ouvi falar, tô aqui desde 89 e aqui mesmo não, eu nunca ouvi falar nessa supervisora." (Entrevista nº04)

"Desconheço qualquer trabalho de supervisão nessa escola desde o ano de 1985 até esses dias." (Entrevista nº 09)

"Desconheço qualquer atuação dessa ou de outra supervisora nesse colégio desde que vim ensinar aqui e isso já faz quase 10 anos..." (Entrevista nº 11)

Concluimos portanto, que não havendo "supervisão" na escola fica difícil a constatação de sua prática, sua atuação.

Agora, contrapondo os depoimentos anteriores, surge um entrevistado que fala de uma certa atuação na escola como supervisora, onde diz:

"...como os alunos, havia um grupo que eu trabalhava com elas e eles falavam sempre nos nossos encontros que era muito difícil ter diálogo com os professores ou qualquer membro da administração, porque o diálogo que existia entre o colégio e aluno era se tinha prova ou não; estava reprovado ou não e coisas desse tipo. Os nossos encontros eram quinzenais com os alunos, (...) cada turma escolhia seus representantes e junto com o grêmio livre eles iam pra sala pra gente começar a discutir, e lá eles traziam todos os seus problemas, era muita gente revoltada, saía muita gente com baixaria, porque a gente tem aluno lá da periferia e isso influência baatante. Só organizei as horas departamentais com os professores que não eram pagos. (...) a frequência no início foi pequena, mas aos poucos foi melhorando. (...) nós organizamos a biblioteca que estava completamente desorganizada. (...) comecei a trabalhar com a sala de educação física que não estava mais acontecendo. (...) nós discutíamos formas de trazer coisas diferentes pro colégio, mas infelizmente a Secretaria, a bendita em João Pessoa nunca deu apoio pra gente melhorar em nada..." (Entrevista nº 20)

Diante do depoimento anterior, percebemos uma certa atuação no espaço de tempo na escola. Só que, ao buscar fontes de sua falação com os membros a qual diz ter trabalhado, nada foi possível como afirmativas.

Não houve constatação dessa atuação por falta de subsídio, pois os membros com os quais realizamos o trabalho nada conseguem falar desse trabalho na escola. Simplesmente dizem:

"...Já faz muito tempo, eu não me lembro de quase nada, só de uma reunião que participei, onde falamos sobre a organização da sala de educação física, mas nada foi resolvido, não passou disso." (Entrevista nº 04)

"...não sei não, não lembro de nada que foi feito, porque eu nunca fui chamado para nenhuma reunião, e eu era representante de classe." (Entrevista nº 07)

Só que, aparece um depoimento no meio deste, que contrapondo diz o que foi afirmado anteriormente como:

"...trabalhávamos juntos buscando melhorias para essa escola como: organização departamental; organização da biblioteca; começamos um trabalho para ativar a sala de educação física; só que não podíamos fazer muita coisa sem o apoio da Secretaria de Educação." (Entrevista nº 14)

Concluimos portanto, que o por quê da não realização de uma prática supervisora, com base no depoimento acima, acontece por falta de incentivo dos governantes e inexistência de apoio da Secretaria de Educação do Estado.

Apesar de tudo que foi dito anteriormente, a entrevistada lastima-se de sua não realização na escola:

"Eu queria por em prática aquela supervisão cooperativa, aquela que professor, aluno, supervisora e auxiliar de serviço, todo mundo junto para dinamizar aquela coisa lá dentro. (...) Olhe, a cada novo trabalho há uma nova realização. Sentimos a valorização e o respeito dos professores pelo nosso trabalho, poder contribuir para uma melhoria na prática docente, ajudando o outro a crescer, isso é para mim uma grande realização." (Entrevista nº 20)

Percebemos no seu depoimento uma enorme vontade de fazer al

go para transformar, dinamizar todo o corpo da escola, mas faltou apoio da Secretaria de Educação e maior interesse dos alunos, professores e do próprio dirigente da escola, para combater as dificuldades que o sistema impõe às escolas públicas, alienando a todos para seguir a sua ideologia dominante.

VI. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

O presente trabalho consiste num relatório das atividades desenvolvidas durante a execução da disciplina estágio supervisionado - Habilitação em Supervisão Escolar do Curso de Pedagogia do Campus V, levado a efeito na escola x durante o período 92.1, compreendido entre os meses de junho/julho de 1992.

A orientação do referido estágio supervisionado, ficou a cargo da professora Marilene Dantas Vigolvinho, que acompanhou a execução do trabalho de forma efetiva, através de uma orientação permanente.

Através das entrevistas efetuadas, ficou evidenciada em primeiro lugar, a inexistência do supervisor escolar na escola, bem como o total desconhecimento do seu papel dentro da instituição. A falta do supervisor é atribuída, dentre outros fatores, a uma questão meramente política, conforme se pode comprovar, através de entrevista integrante do presente relatório.

Entendemos que a participação do supervisor escolar nos trabalhos escolares é de alta importância, tendo em vista a real contribuição deste profissional da educação no processo ensino-aprendizagem, à medida em que propicia a escola a implementação de uma nova dinâmica de execução dos seus trabalhos de forma integrante, digo, integrada.

A experiência adquirida durante a realização do presente estágio, serviu à medida que levou a estagiária - futuro profissional em supervisão escolar - a conhecer a realidade da instituição; vivenciar as suas dificuldades; comparar a teoria recebida na escola de 3º grau e a sua aplicabilidade na escola de 1º e 2º graus.

Constatamos uma contradição entre o ensinar a fazer, o que fazer e a realidade do poder fazer. Tornando necessário uma campanha de conscientização, no sentido de esclarecer que cada profissional tem um papel fundamental a desempenhar dentro da escola sem que haja a ameaça de competitividade.

VII. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- . ALVES, Nilda e GARCIA, Regina L (orgs.). O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais. São Paulo: Loyola, 1980.
- . AGUIAR, Márcia Ângela. Supervisão Escolar e Política Educacional São Paulo: Cortez, Recife: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado, 1991.
- . BARROS, Aidil, J. P. de e LEHFELD, Neide A. S. de. Projetos de Pesquisas: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.
- . CADERNOS CEDES, nº 6. Especialistas do Ensino em questão: São Paulo: Cortez, 1989.
- . _____, nº 7. Supervisão Educacional: novos caminhos. São Paulo, Cortez, 1989.
- . CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica: realidade sociais e processos ideológicos na teoria de educação. 2 ed.. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.
- . GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1989.
- . _____ . Métodos e Técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.
- . MEDEIROS, Luciana e ROSA, Solange. Supervisão Educacional: possibilidades e limites. São Paulo: Cortez, 1987.
- . MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. O valor do Ensino Público: São Paulo: CERED, ano I, 1988.
- . NOGUEIRA, Marta Guanaes. Supervisão Educacional: a questão política: São Paulo: Loyola, 1989.
- . SILVA, Naura Syria L. C. da. Supervisão Educacional: uma reflexão crítica. Petrópolis, Vozes, 1981.